

Emerson Kapaz
Presidente do ICL



Por Flávio Lamas

**Hoje o envolvimento
do crime organizado
é muito mais forte**

EMERSON KAPAZ

Combater as fraudes, a sonegação e outras irregularidades no setor de combustíveis no Brasil. Este é o maior desafio enfrentado por Emerson Kapaz no comando do Instituto Combustível Legal (ICL), que trabalha junto com outras entidades para promover a ética e a transparência no mercado de abastecimento, com o objetivo de garantir um ambiente mais justo e competitivo.

Emerson Kapaz possui uma formação acadêmica que complementa sua carreira nos setores empresarial e político. Ele teve destaque como deputado federal por São Paulo, entre 1995-1999, quando se destacou pela defesa da ética na política, transparência e combate à corrupção. Um de seus projetos de maior relevância foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que trouxe maior rigor à gestão das contas públicas no Brasil. Ele também atuou fortemente em temas como a desburocratização e a melhoria do ambiente de negócios.

Com toda a experiência que o senhor tem na vida pública, conhecendo o setor como conhece, em algum momento chegou a imaginar que o mercado de combustíveis poderia passar por uma situação como a atual?

Na verdade, toda minha trajetória no setor de combustíveis se iniciou em 2003 quando fundei e fui o primeiro presidente executivo do ETCO, que é o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. A bandeira da ética concorrencial e do combate à competição ilegal e desleal come-

çou naquela época e eram quatro os segmentos em que o Instituto focava seus esforços, combustíveis, fumo, cervejas e refrigerantes, todos com arrecadação monumental e muita sonegação. Dessa época para frente fiz muitas coisas que melhoraram o ambiente concorrencial, nessas e em outras atividades. Em 2007 passei a atuar em outros segmentos, inclusive em energia solar. Foi quando, em 2022 fui convidado a assumir a presidência executiva do ICL - Instituto Combustível Legal, dando sequência ao de tra-

balho iniciado em 2003, posição onde estou atualmente.

Respondendo a pergunta, hoje a situação está muito pior, pois temos o envolvimento muito mais forte e muito mais consistente do crime organizado nessa corrente de ilegalidades que começou a crescer de forma assustadora no mercado de combustíveis brasileiro. Hoje percebemos que felizmente conseguimos avançar e abrir várias frentes de trabalho importantes no combate às fraudes, com fortes parcerias do ICL com as grandes instituições brasileiras na área de combustível, como a Fecom-bustíveis, como o próprio Recap, o Brasilcom, o Sindtr e outras importantes entidades que, em conjunto, hoje formam o Observatório Nacional de Combustíveis, lançado em Brasília recentemente, com apoio da CNC, Confederação Nacional do Comércio, e que tem por objetivo principal, mapear as fraudes no Brasil e promover ações estratégicas de enfrentamento às irregularidades no setor.

Quanto custa para o Brasil, para os brasileiros e

para os setores legalizados que abastecem este país, as fraudes como adulteração e sonegação, incluindo as fraudes volumétricas?

Hoje as ilegalidades praticadas no mercado de combustível estão beirando R\$ 29 bilhões todos os anos, sendo R\$ 14 bilhões em sonegação fiscal e quase R\$ 15 bilhões em adulteração e fraudes operacionais, como os chips instalados em bom-

Prejuízos chegam ao montante de R\$ 29 bilhões por ano

bas e uma série de outras fraudes que, somadas a sonegação fiscal, tanto em tributos federais como estaduais, chegam a esse montante assustador de aproximadamente R\$ 29 bilhões por ano. Precisamos também levar em consideração que não são só os governos federal e estaduais que perdem suas arrecadações. Em que pese no leque de tributos incidentes nos combustíveis, não incidirem diretamente

impostos municipais, esses também perdem muito, se consideradas as quotas partes do ICMS a que têm direito os municípios. Importante destacar o uso do metanol misturado aos combustíveis, movimento que nos preocupa muito, pois além de nocivo à saúde humana, é um veneno também para os motores dos veículos. Enfim, as fraudes praticadas em todos os elos deste mercado, representam prejuízos bilionários que se acumulam não só para os governos, mas para todos os setores, especialmente distribuição e revenda. Já na ponta, onde está o consumidor final, os prejuízos são incalculáveis, tanto patrimoniais, como em sua segurança e de sua família.

Qual o papel das entidades do setor de combustíveis na luta por um mercado saudável?

As entidades de classe têm um papel fundamental neste combate às ilegalidades no mercado, porque hoje não só o ICL vem fazendo um trabalho muito forte nessa direção, mas conse-

guimos conquistar uma parceria muito importante entre todas as entidades. Então, estamos falando junto com entidades nacionais como a Fecombustíveis, que envolve 34 sindicatos regionais, outros sindicatos, como por exemplo o Recap, Sincopetro e muitos outros em vários Estados. As entidades hoje que se somaram a este trabalho constituindo, de fato, um arcabouço no combate às ilegalidades e de muita velocidade na tomada de decisões, inclusive com transparência. Estas entidades hoje se reúnem periodicamente, avaliam questões de mercado, conseguem enfrentar isso em conjunto e dão um direcionamento completamente novo às próprias Secretarias de Fazenda, que estão se pautando pelas informações que saem deste grupo de entidades, ao próprio Ministério da Justiça e ao Confaz e Consefaz, que também tem atuado em parceria com essas entidades.

Aparentemente agora a situação está mudando, com ações mais efetivas do

poder público. Esta sensação está correta e que tipo de medidas o senhor considera que o setor precisa?

A situação do setor está mudando consideravelmente. Nós tivemos uma atuação firme da ANP em várias decisões que foram tomadas recentemente. Nós percebemos, inclusive, que as autoridades fazendárias de todo o Brasil também estão atuando fortemente contra as fraudes. Importante reconhecer que, de fato o poder público, hoje, vem atuando de forma efetiva no combate às fraudes.

Acredito que agora o que nós temos de desafios pela frente é tentar aprovar no Congresso Nacional, a Lei do Devedor Contumaz. Isso sim é um trabalho extremamente importante. Um dos projetos de lei, que tramita no Congresso, o PL 15 que define a figura o Devedor Contumaz no caso de impostos federais, acreditamos que possa ser aprovado ainda este ano. Isso já sinaliza uma mudança importante no setor porque vamos ter uma lista de empresas como devedores contuma-

zes e que podem nortear tanto o Judiciário em suas decisões, como Secretarias da Fazenda em suas deliberações. Outra coisa muito importante, que está sendo trabalhado em conjunto com a Única, é a monofasia no etanol. A monofasia no diesel e na gasolina foi aprovada e ficou excelente para o setor. Falta agora aprovar a monofasia no etanol e recentemente nós estamos estudando mudanças no CBio e no RenovaBio, através de projeto de lei a ser encaminhado também ao Congresso Nacional. Então, acredito que hoje o setor vem em um desenvolvimento extremamente relevante e importante e graças à atuação de todos esses parceiros em conjunto.

Recentemente o senhor esteve, juntamente com o presidente do Recap, na Secretaria da Fazenda de SP. Entre os diversos assuntos tratados com o Secretário Estadual da Fazenda e Planejamento, Dr Samuel

Monofasia da gasolina e diesel foi excelente. Agora é a vez da monofasia do etanol

Kinoshita, foi um outro grande e grave problema que afeta muito a concorrência, especialmente no Estado de São Paulo, que é a atuação das Cias conhecidas como “barrigas de aluguel”. O que precisa ser feito para combater a atuação dessas empresas de fachada que sonegam impostos de forma contumaz distorcendo e inviabilizando o mercado formal de etanol?

De fato, a reunião foi muito produtiva. Pudemos expor ao Secretário a questão relativa à sonegação no setor sucroalcooleiro, em especial por conta dos barrigueiros de aluguel. Foram sugeridas várias ações que poderão minimizar a atuação destas fraudes. Nosso objetivo hoje está concentrado em fazer valer o que já está na Reforma Tributária, que é a monofasia no etanol, que eliminaria completamente este problema.